

Síntese da 17ª Reunião Ordinária da CNPI

A 17ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Política Indigenista foi realizada no Centro de Formação em Política Indigenista da Funai, localizado em Sobradinho – DF, no dia 16 de junho de 2010, estando prevista para discussão a seguinte pauta:

Pauta conjunta da 17ª Reunião Ordinária da CNPI

DIA 16/06

- 10h – Apresentação do PPA 2012 – 2015 (Coordenador Geral de Gestão Estratégica/Funai)
- 14h – Situação Avá-Canoeiro (com a presença de 6 indígenas desse povo)
- Portaria conjunta 951/2011, de 19 de maio de 2011 (AGU, MJ e Funai)

(Cria Grupo de Trabalho Interinstitucional para elaborar ato que discipline a forma como os entes federados poderão participar do procedimento administrativo de identificação e demarcação de terra indígena, em consonância com a condicionante n.º 17 da decisão do STF na PET 3388) – Inclusão da bancada indígena e indigenista.

DIA 17/06

- 09h – Apresentação da Secretaria Nacional sobre Drogas, sobre o problema do consumo de álcool e outras drogas entre os povos indígenas (Sra. Carla Dalbosco).
 - 11h – Apresentação sobre os avanços e dificuldades para a autonomia dos DSEIs (Sr. Antonio Alves – SESAI).
 - 14h – Programas do Ministério da Cultura (Sra. Marta Porto).
 - 15:30 – Projeto de estudo das diretrizes para relacionamento do setor elétrico na questão indígena (Sra. Márcia Camargo, do Ministério de Minas e Energia).
 - Encaminhamentos e proposições das subcomissões
 - Informes: Decreto PNGATI, andamento do PL do Conselho Nacional da Política Indigenista; reestruturação da Funai; continuidade da agenda com o ministro da Justiça; Estatuto dos Povos Indígenas.
 - Sugestão de pauta da próxima reunião: construção de agenda política.
-

17ª Reunião Ordinária da CNPI

Dando início à reunião, o presidente substituto da Funai, Aloysio Antonio Castelo Guapindaia, cumprimentou a todos, e em especial os índios Avá-Canoeiro, que mais tarde fariam uma apresentação, conforme previsto na pauta, informando a seguir que estaria à frente dos trabalhos nesta reunião uma vez que o presidente Márcio Meira se encontrava de férias. A seguir, submeteu a ata da 16ª Reunião Ordinária da CNPI à aprovação da plenária, a qual foi aprovada sem ressalvas.

Antes de dar prosseguimento, a bancada indígena pediu a palavra, para as intervenções sintetizadas a seguir:

O representante indígena Arão Guajajara iniciou sua fala criticando a ausência do presidente da Funai na presente reunião, uma vez que há assuntos para serem tratados que demandariam a presença do mesmo para que pudessem deliberar sobre esses temas. Afirmou que a presidente Dilma tem demonstrado menos respeito pela CNPI que o governo Lula, pois este os recebeu em diferentes ocasiões, o que ainda não ocorreu no presente governo, afirmando ainda que a atuação do governo na questão indígena tem deixado muito a desejar.

Sandro Tuxá parabenizou a articulação da Funai pelo fato de trazerem os parentes Avá-Canoeiro para a presente reunião, no entanto, lamentou que pela terceira vez a Funai não garantiu a presença dos índios Cinta Larga na CNPI. Destacou a expectativa de que venha a ser criado o Conselho Nacional de Política Indigenista, porém afirmou que está havendo muitos questionamentos por parte da bancada indígena sobre o sentido de continuarem na CNPI, pois sentem que este espaço está esvaziado, não conseguiram ser recebidos pela presidente Dilma até o presente momento, e entre outros vários problemas há agora a questão da portaria 951/2011, quando havia sido combinado que trabalhariam esse tema no âmbito do Estatuto, assim como o decreto 775, e o movimento indígena tem uma posição bem clara está agindo na questão das condicionantes do STF.

Além desses problemas, citou ainda a falta de notícias sobre a assinatura da PNGATI; a indefinição sobre a regularização das terras do povo Guarani-Kaiowá de Mato Grosso do Sul; a falta de um instrumento para consulta sobre empreendimentos com impacto em terras indígenas, o que leva a se questionarem se será seguida ou não a Convenção 169/OIT, considerando todos os empreendimentos que têm sido aprovados pela Funai; problemas na saúde indígena; reestruturação da Funai, efetivação dos comitês regionais e cortes no orçamento do órgão.

Lindomar Xocó destacou a ausência dos representantes de governo na CNPI; a retirada dos procuradores das regiões; o não funcionamento da Secretaria de Saúde Indígena e os problemas na questão de pessoal para atuar na referida Secretaria, devido ao posicionamento do Ministério do Planejamento; a paralisação da Funai, problemas estes que vêm afetando a credibilidade dos membros da CNPI junto a suas bases.

Marcos Xucuru reforçou a fala dos demais representantes indígenas, destacando ainda que tem havido quebra de confiança entre o governo e os indígenas, pois a cada vez que vêm a Brasília se deparam com decisões que causam muita preocupação, citando o exemplo da portaria 951/11. Hoje o que há de bom é o governo quem faz, mas quando é algo negativo a CNPI é responsabilizada; a ausência do presidente demonstra essa falta de compromisso, essa quebra de confiança, até porque ele sabia dessa agenda com a Comissão e decidiu tirar férias nesse momento, o que os leva a questionar a importância que ele dá à Comissão.

Prosseguindo, Marcos Xucuru afirmou que quando o assunto é de interesse do governo há quorum, mas se o interesse é dos índios isso não ocorre; vários movimentos já foram recebidos pela presidente Dilma, como o MST, mas o movimento indígena ainda não teve essa oportunidade, além do que está havendo retrocesso quanto aos direitos garantidos constitucionalmente. Diante de tudo isso, estariam cogitando se retirar da reunião e somente voltarem a participar das reuniões se fossem recebidos pela presidente Dilma e seus ministros, como fez o presidente Lula.

Dilson Ingaricó também tratou sobre os problemas que a seu ver vêm afetando os povos indígenas nos dias de hoje, como a falta de investimento nas terras indígenas, as dificuldades para viverem de acordo com suas culturas e tradições, o que estaria fazendo com que vão para as cidades, com várias conseqüências negativas. Frisou também o desprestígio da CNPI, haja vista a ausência do presidente e a portaria conjunta AGU, MJ e Funai.

Élcio Manchinery também destacou os problemas que têm sido vivenciados na questão indígena, a não priorização do tema por parte do governo e o tratamento genérico que tem sido dado aos povos indígenas na implementação de políticas de governo, ressaltando ainda o problema da criminalização de lideranças indígenas.

Anastácio Peralta ressaltou as preocupações com os rumos que a questão indígena está tomando no Brasil, e de forma mais ampla sobre o país que estão construindo, e que ao que tudo indica será somente de fazendeiros e plantadores de soja, demonstrando preocupação também com o desrespeito aos direitos indígenas, que são excluídos, sendo que a Funai também não é um órgão prestigiado, é subordinado aos interesses do governo e não tem como

se opor aos mesmos. A presidente não é antropóloga e pelo que se vê não conhece a problemática dos povos indígenas, os quais por sua vez precisam entender o que está acontecendo na política, considerando que não são um segmento forte em comparação com os demais. Alguns países, que são até mesmo considerados menos avançados que o Brasil, estão avançando em termos dos direitos indígenas, mas no Brasil parece que está havendo retrocesso, não se está respeitando a diferença e sim está havendo um movimento no sentido de inserir os índios nas políticas mais amplas do governo. Considera que os mais prejudicados com a portaria 951 são os Guarany de Mato Grosso do Sul, e ao que parece estão caminhando para fortalecer as condicionantes do Supremo.

Acredita que todos os presentes têm o compromisso de buscar melhorias para os povos indígenas, mas esse tratamento generalizante para os povos indígenas não está certo. Mencionou ainda os cortes sofridos no orçamento da Funai, que vai dificultar ainda mais a reestruturação do órgão, lembrando que a reestruturação não teve a participação indígena.

Ak'Jaboro Kayapó também ressaltou que a presidente Dilma não está agradando os povos indígenas, relatando a seguir problemas que estão ocorrendo em sua região com relação ao atendimento na área de saúde.

Francisca Pareci manifestou seu descontentamento sobre o que vem acontecendo no país, bem como sobre as práticas do próprio governo contra os povos indígenas. Diante de tudo o que foi colocado, considera que a Funai não tem mais compromisso com os povos indígenas e que não faz mais sentido que a bancada indígena continue a participar das reuniões da CNPI, pois tem havido todo o tipo de violação de direitos e o mais agravante é ficarem perplexos e ao mesmo tempo serem acusados de serem coniventes com todas essas ações. A única solução que vêem é serem recebidos pela Presidenta e seus ministros, o que a seu ver deve ser articulado pela presidência da Funai. E o movimento indígena organizado também concorda com esse posicionamento, pois é ele que está na base da participação indígena na CNPI.

Protestou também pela perseguição que tem sido feita às pessoas que estão ao lado dos índios na defesa dos seus direitos, o que considera inaceitável. Vão se retirar da reunião até que sejam de fato recebidos pela presidenta Dilma, até que tenham o direito de conversar com a autoridade máxima do país, pois não querem continuar a servir como bodes expiatórios para as ações do governo.

Brasílio Priprá registrou sua tristeza ao conhecer a história dos Avá-Canoeiro, bem como ressaltou a preocupação com todos os assuntos que foram colocados pelos demais representantes indígenas, afirmando que gostariam de participar do desenvolvimento do país,

no entanto, não é nessa perspectiva que as coisas estão se encaminhando. Estão se retirando da reunião não porque estão fechando as portas para a negociação com o governo, mas sim porque querem que realmente possam avançar nos assuntos que interessam aos povos indígenas.

Kohalua Karajá manifestou-se a seguir, afirmando que o presidente Lula criou a CNPI, junto com o movimento indígena, com o objetivo de criar um espaço em que esses povos pudessem participar das decisões do governo, e os representantes indígenas foram escolhidos na base para lutar pelos direitos garantidos na Constituição. No entanto está havendo um grande retrocesso, e os membros da CNPI sofrem todo o tipo de acusações pelas decisões que são tomadas pelo governo, como a reestruturação da Funai e a construção de grandes empreendimentos como é o caso de Belo Monte. A situação se tornou insustentável, pois o governo em termos gerais não está disposto a garantir os direitos indígenas. Concorda com a posição de se retirarem, esperando uma nova oportunidade para retomarem o diálogo.

Saulo Feitosa iniciou agradecendo por ter sido convidado para participar da reunião da bancada indígena, afirmando que entende a posição da bancada, pois de fato está havendo um grande desgaste por parte do movimento indígena e indigenista com as decisões que vêm sendo tomadas pelo governo, há várias decisões de plenária que não são respeitadas e o caso mais ilustrativo dessa situação é a reestruturação, sobre a qual se diz que houve a participação indígena, quando na verdade foram também pegos de surpresa pelo teor das mudanças, e considera que este foi o momento em que se iniciou esse processo de desgaste. Confessa que a primeira reação ao saber da decisão de se retirarem da reunião foi de tristeza, até porque foi difícil trazerem os Avá-Canoeiro para tratar sobre a sua situação, mas acredita que podem entender esse momento histórico que está acontecendo no dia de hoje.

Ressalta ainda a importância da CNPI, pois são 500 anos de invasão dos territórios indígenas e outros problemas, e a Comissão é um espaço privilegiado de relação de poder, criado pelo Estado brasileiro, no qual é possível estabelecer relações de poder mais aproximadas de uma relação equânime, mas considera que a decisão que ora está sendo anunciada se faz necessária. Não entende porque até o momento a presidente Dilma não recebeu o movimento indígena, enquanto tem tempo para receber embaixadores e representantes de outros movimentos sociais e por isso precisam tomar uma posição.

Parabeniza os representantes indígenas por suas falas, muito bem embasadas. Espera que esse momento de hoje abra os olhos de todos para a importância de que exista um ou mais instrumentos de consulta aos povos indígenas, pois isso ainda não foi pensado mesmo tempo

se passado tanto tempo da aprovação da Convenção 169. Entende esse momento como sendo de amadurecimento, como parte do processo iniciado 15 anos atrás, sendo que outros países considerados mais atrasados estão se adequando para respeitar os direitos indígenas, o que não está acontecendo no Brasil. Retira-se em conjunto com a bancada indígena, esperando que a presidenta possa encontrar um momento na sua agenda para receber o movimento indígena.

Paulino Montejo afirmou sua tristeza com a decisão anunciada pela bancada indígena, haja vista as dificuldades que tiveram de ser enfrentadas para se construir esse espaço, a interação e articulação que foi necessária para se criar a Comissão, fazendo um breve histórico da sua participação nesse processo. Ressaltou o fato de não ter se permitido a participação da APIB na oficina realizada sobre o PPA, afirmando ainda que a reunião com o ministro da Justiça foi só um prêmio de consolação, para discutir as pautas do governo, mas em que o movimento não teve as respostas que esperava.

Finalizadas as manifestações da bancada indígena, o presidente substituto afirmou que a bancada indígena assumiu uma posição muito clara, entendida por todos, inclusive pela representação do governo, e antes de encerrar a reunião gostaria de afirmar que foi uma surpresa para todos, mas não vai questioná-la, a bancada do governo não pode questionar o posicionamento da forma como foi colocado, e que está muito bem entendido. Considera que nesse momento não cabem questionamentos ou o debate sobre a decisão, e pede a compreensão dos representantes de governo, afirmando que os representantes indígenas não colocaram a posição para o debate e sim comunicaram que estariam se retirando e somente voltariam a se reunir com a presença da presidente e dos ministros. E nesse sentido só resta encerrar e encaminhar a situação ao ministro da Justiça, comunicando ao mesmo que a próxima reunião acontecerá em havendo a presença da presidente da República e dos ministros afetos à questão indígena.

Prosseguindo, pediu desculpa aos indígenas Avá-Canoeiro, pois havia uma apresentação agendada, e neste ponto passou a palavra para uma representante desse povo, que afirmou que se encontravam presentes para reivindicar o direito à sua terra, que querem ser ouvidos, e não vai deixar que a reunião termine sem que possam se manifestar, querem que seja tomadas providências quanto à sua situação, pois querem voltar para sua terra, verem seus filhos crescerem na sua terra, perguntando que país é esse que maltrata e discrimina seu próprio povo. Os índios são discriminados pelo Brasil e a Funai os trata como sendo cachorros, animais, mas são seres humanos e exige que sejam tratados com dignidade.

Quanto a essa questão, Francisca Pareci propôs que, diante da decisão de que somente vão se reunir novamente com a presença da presidente Dilma, que quando esta reunião vier a acontecer conte com a presença de um representante Avá-Canoeiro.

Retomando a palavra, o presidente substituto afirmou que o encaminhamento proposto para a presente reunião é que a próxima reunião da CNPI conte com a presença da presidente e seus ministros, e que não só um, mas todos os representantes Avá-Canoeiro que vieram para Brasília nessa ocasião também participem da referida reunião.

Nesse sentido, e diante do exposto, o presidente substituto da CNPI convocou a bancada de governo para uma reunião a se realizar em seguida e considerou encerrada a 17ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Política Indigenista.

Brasília, 16 de junho de 2011.